



“EU PEGO MEU MOSQUETE E AGRADEÇO AOS CÉUS POR TÊ-LO POSTO EM MINHAS MÃOS”: O PROBLEMA DA DOCTRINA QUAKER DA NÃO-VIOLÊNCIA NA REVOLUÇÃO AMERICANA:

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3944

Guilherme Tadeu de Paula, UEM

Resumo

A escalada do conflito entre as treze colônias organizadas e a metrópole Grã-Bretanha – que se tornaria a assim chamada Revolução Americana - foi marcada por uma longa e dura guerra que envolveu não só a elite independentista organizada para deliberar sobre os assuntos institucionais, militares e econômicos, mas toda a sociedade colonial da América Britânica. Para os *quakers*, grupo religioso responsável pela fundação da Pensilvânia menos de um século antes do clima de conflito se acirrar, o levante revolucionário apresentou-se também como um problema de ordem religiosa-doutrinária uma vez que a religião dos Amigos tinha como um de seus traços mais marcantes o pacifismo. Este artigo pretende explorar as nuances deste complexo processo, atentando para uma dimensão específica: o fato de que este princípio religioso pôde também ser útil politicamente para os *quakers* que habitavam uma das cidades mais importantes do movimento revolucionário, a Filadélfia, sede das deliberações independentistas desde o primeiro Congresso Continental, em 1774, até a Convenção Constitucional que organizou institucionalmente os Estados Unidos em 1787. Com base em fontes primárias e com apoio de produções historiográficas dedicadas ao período, esta comunicação mostra, a partir do debate que se estabeleceu na Filadélfia após chegarem as notícias de Lexington e Concord de 1775, como a elite *quaker* bem situada socialmente com o arranjo colonial se apoiou na doutrina religiosa para não se envolver no conflito, e como essa postura foi recebida pelos revolucionários independentistas.

Palavras Chave:

Revolução Americana;
História da Pensilvânia;
doutrina da não-
violência;

Introdução

Não é exagero dizer que, desde que William Penn fundou a Pensilvânia em 1681 e transformou o outrora perseguido grupo religioso com hábitos de insubordinação em elite política, a contradição entre os princípios doutrinários *quakers* e a atuação como força dirigente em um projeto colonial na América Britânica se apresentaram, no mínimo, como uma questão incômoda. Lembremos, por exemplo, daquele grupo de alemães e holandeses de Germantown, que já em 1688 criticava a utilização do trabalho escravo naquele experimento social que deveria primar por estabelecer o paraíso da liberdade e se tornar motivo de inveja para os povos europeus. Na documentação, a mais antiga de caráter antiescravista da América Britânica que resistiu ao tempo, entre os argumentos religiosos e humanitários, escapou uma provocação que servia como argumento para a interrupção da importação de escravos: se por ventura, negros escravizados se rebelassem, os seus donos, *quakers*, fariam o que para lidar com uma tentativa de fuga ou contra algum ato de violência? Abandonariam o princípio pacifista da doutrina¹?

A intervenção do grupo *quaker* de Germantown ainda na primeira década de existência da Pensilvânia nos ajuda a realçar dois pontos fundamentais para explicar a experiência daquela doutrina religiosa dos homens mais influentes da Pensilvânia até a Revolução de 1776 - quando um grupo radical de artesãos e agricultores de origens diversas assumiu o controle político e estabeleceu a popular Constituição de 76. Primeiro, que embora tenha havido uma predominância de habitantes *quakers* na colônia, isso não significa dizer que não houvesse dissenso

entre eles – pelo contrário, a política colonial era complexa o suficiente para se basear em mais do que os preceitos religiosos colocados. Segundo, porque, mesmo neste aspecto, as interpretações dos preceitos religiosos doutrinários foram muitas vezes flexibilizados, submetidos ao varejo das disputas políticas - e, mesmo as Sagradas Escrituras e as interpretações baseadas em prerrogativas Divinas, tão fundamentais no debate de ideias do século XVII e XVIII, poderiam servir para interesses, digamos, menos celestiais, como a conservação do sistema colonial e a lógica de poder estabelecido.

Neste artigo, vamos explorar a atuação política dos *quakers* da Pensilvânia durante a crise com a Grã-Bretanha que culminou na vitória do movimento independentista a partir de um exame analítico nas deliberações das lideranças religiosas daquela doutrina no período e nas intervenções contrárias a elas de Thomas Paine, o mais importante autor panfletário da América independentista.

Os quakers da Pensilvânia

A disputa política que marcou a região ao longo do século XVIII opunha os herdeiros de William Penn - os proprietários da colônia que queriam controlar e arbitrar os rumos da Pensilvânia - e a elite *quaker* que habitou a região e agiu no intuito de garantir um sistema político e comercial que favorecesse seus interesses. Neste ambiente, pelo menos até a década de 60, a Coroa e o Parlamento, distantes, atuavam em uma perspectiva mediadora entre as diversas e contextuais disputas que se apresentavam pelas instâncias de deliberação e representação colonial. Porque não podiam se indispor com os poderes britânicos, nenhuma destas forças

¹ Ver em: Gerret Hendricks, Deric up de Graeff, Daniel Pastorius e Abraham up den Graef. Quaker Protest Against Slavery in the New World, Germantown (Pa.), april, 1688, Haverford College Special Collections, manuscript collection,

990, B-R, 2 pages. Neste mesmo Congresso, apresentamos também a comunicação intitulada “Uma ‘mercadoria antinatural’: a retórica abolicionista na Pensilvânia colonial”, onde tratamos deste tema mais dedicadamente.

ousou apoiar abertamente o movimento de insatisfação que surgiu de modo organizado a partir da escalada de taxações da década de 1760, o que permitiu que, na Pensilvânia, o movimento independentista fosse aquele de caráter mais popular e menos ligado à elite política até então estabelecida do que em qualquer outra colônia insurreta. Deste modo, na medida em que o movimento de resistência transformava suas demandas em pautas independentistas, os diferentes grupos da antiga elite que por anos disputaram politicamente entre si, se uniram em favor da manutenção dos vínculos com a Coroa².

No final de 1774, representantes da elite colonial independentista se reuniram na Filadélfia para o I Congresso Continental, onde organizaram uma estratégia coletiva para o enfrentamento com a Grã-Bretanha e publicaram suas deliberações que definiam prioritariamente a criação de uma estrutura de boicotes comerciais, mas também traziam como um dos encaminhamentos, a organização de uma defesa miliciana. A intenção de instituir uma resistência armada contra o exército britânico foi bem recebida por uma série de adeptos da religião *quaker* da Pensilvânia. O fato de que fiéis de sua religião, marcada pelo pacifismo, se mostrassem interessados em aderir ao movimento causou “aflição e tristeza” em seus líderes. Foram eles mesmos que disseram isso, em janeiro de 1775, três meses após a publicação das resoluções do Congresso, quando julgaram adequado publicar uma epístola determinando que os irmãos evitassem “encampar tais medidas que são totalmente inconsistentes com seus princípios religiosos”. Na carta, assinada por John Pemberton como escrivão do encontro que reuniu também Amigos de New Jersey, a expressão utilizada foi “usar nossos esforços para convencer nossos irmãos de seu desvio”,

exortando-os a “agir de acordo com os princípios pacíficos³” professados pela doutrina *quaker*.

Pouco mais de cinco meses separaram o final do I Congresso Continental e os primeiros disparos da guerra. A colônia de Massachussets, berço do movimento mais disposto ao enfrentamento desde a década anterior, foi também palco da escalada mais acirrada de animosidades entre colonos e exército britânico. Organizados em grupos de defesa que mesclavam guardas armadas e mesmo “espiões” – responsáveis por relatar os movimentos das tropas britânicas nas principais cidades – os colonos de Massachussets se prepararam para uma eventual defesa em caso de não terem suas reivindicações atendidas, bem como garantir que as medidas definidas pelo Congresso pudessem ser implementadas. Enquanto isso, a Grã-Bretanha não fazia menção de sequer considerar viável algum tipo de negociação. Principal autoridade militar britânica naquela colônia, General Gage se via em uma situação irresoluta: de um lado, irredutíveis, Dartmouth – o secretário de Estado para as colônias e o Rei George III insistiam na necessidade de supressão da revolta; de outro, o grupo de colonos mais radicais crescia em organização política. Alguma decisão para enfrentar a situação ele teria de tomar – discutiu-se, por exemplo, a ideia de se prender os principais líderes radicais. Sua decisão para o enfrentamento foi outra: tentou capturar as armas e as munições que os colonos guardavam em Concord e Worcester, movimento que foi antecipado pela rede de observadores coloniais que deixaram de sobreaviso soldados no caminho até o posto, promovendo o primeiro confronto da guerra revolucionária em 19 de abril de 1775, os famosos disparos de Lexington e

² Sobre isso, ver Newcomb (1966) e Carp (2007).

³ An Epistle from the Meeting of Sufferings of the Quakers, ID: S4-V1-P03-sp40-D0115.

Concord⁴.

Segundo Mott (1944), a notícia chegou à Pensilvânia pelo menos seis dias depois, sendo impressa no dia 25 de abril e divulgada em quatro jornais da cidade: o *Pennsylvania Packet*, o *Pennsylvania Journal*, o *Pennsylvania Evening-Post* - o único que era publicado três vezes por semana em toda a América na época, e o *Philadelphische Staatsbote*, periódico da comunidade germânica da colônia. A partir do primeiro enfrentamento entre a milícia independentista de Massachussetts e o exército, a estratégia marcada pelos boicotes comerciais perdia apelo perante um embate típico de guerra, o que acabou por fortalecer o argumento daqueles que defendiam a preparação militar em função da inevitabilidade do confronto que se apresentava. A comoção depois do episódio em Lexington e Concord entusiasmou muitos rebeldes daquela colônia e, na esteira da primeira batalha, dois grupos distintos de milicianos investiram contra um posto militar britânico, o Forte Ticonderoga, garantindo uma vitória para Massachussetts e acelerando o estabelecimento do estado de guerra. Daí em diante, o caminho não teve volta: houve uma ampla implementação das associações de defesa no interior das colônias, Geórgia, até então ausente, se viu obrigada a incorporar a Associação Continental como única maneira de frear os ímpetos de seus rebeldes internos, ações espontâneas se espalharam pelas colônias de coletivos que se organizaram militar e disciplinarmente, além da

aceleração da imposição dos projetos de boicotes comerciais. Começava assim a chamada Guerra da Independência⁵.

Em julho, Thomas Paine, na época não mais do que um desconhecido editor de periódico mensal recém-chegado da Inglaterra, escreveu, na revista que lhe empregara como editor, a *Pennsylvania Magazine*, uma resposta ao argumento *quaker* da reivindicação do princípio da não-violência para a crise então instituída. Assinado com o pseudônimo de “Um amante da Paz”, o texto, “Pensamentos sobre a Guerra Defensiva”, era endereçado aos *quaker* da colônia, defendendo o uso da força em uma perspectiva reativa. Sua proposta era simples: ele dizia não ver problema nenhum em deixar as armas de lado e, seguindo os princípios *quakers*, decidir os problemas na base da negociação. No entanto, completava: mas “não vivemos em um mundo de anjos⁶” e “a não ser que o mundo todo faça o mesmo, o assunto acaba, eu pego meu mosquete e agradeço aos céus por tê-lo posto em minhas mãos⁷”. A reflexão em relação à doutrina *quaker* da não-violência e a ofensiva britânica contra as propriedades coloniais fez com que Thomas Paine apresentasse uma teoria sobre o equilíbrio de poder baseado na força como a condição para a uma sobrevivência pacífica: “o mesmo equilíbrio de poder seria preservado se todo o mundo se destituisse de armas (...); mas enquanto uma única nação se recusa a depô-las, é apropriado que todas as outras as mantenham⁸”.

Segundo Paine, os *quakers*

⁴ Sobre isso, ver Middleleukauff (1985).

⁵ Sobre isso, as referências são diversas, mas, para sustentar os pontos que compuseram este parágrafo, sugerimos ao menos três que dão panoramas interessantes sobre o início da guerra: Robert Middleleukauff (1985) faz uma interessante e relativamente bem disseminada interpretação sobre os eventos acima narrados. O historiador militar Dave Palmer (2012), ainda que pouco rigoroso do ponto de vista das nuances historiográficas, têm o mérito de apresentar a dinâmica armada do conflito, trazendo explicações contextuais dos enfrentamentos que

geralmente não aparecem nos demais estudos sobre o tema. Por fim, a obra clássica de Schlesinger Sr. (1918) é ainda uma das referências mais ricas sobre a estrutura comercial colonial, trazendo uma riqueza de dados em sua narrativa sobre como as colônias se engajaram no conflito.

⁶ Thomas Paine, *Thoughts on Defensive War*, *Pennsylvania Magazine*, July [1775], 1945 (II), p.52.

⁷ Idem, p.53.

⁸ Idem.

deviam se empenhar na guerra em defesa de suas propriedades e de sua liberdade, tanto política quanto espiritual. Sua tese era que os ingleses se aproveitariam de qualquer fraqueza para executar suas ambições, e nesse caso, reivindicar tal doutrina era abrir caminho para os inimigos: “Da Câmara dos Comuns, as tropas da Bretanha não são incentivadas a lutar pela defesa de seus direitos naturais, para repelir a invasão ou insulto dos inimigos, mas sim pela mais vil de todas as pretensões, o ouro”⁹. Tendo primeiramente em sua exposição analítica a preocupação com a defesa da propriedade, o autor apresentou as fragilidades de uma mentalidade pacífica no enfrentamento contra o inimigo e, citando palavras que teriam sido ditas por um lorde estadista britânico da época, tentou provocar a moral dos colonos: “Esse povo é [...] supersticiosamente religioso e muito covarde para empunhar armas. Não podem nem vão ousar se defender; suas propriedades estão abertas para qualquer um que tiver a coragem de atacá-los”¹⁰.

A defesa da liberdade, porém, ocupava um espaço maior nas preocupações de Paine. Ao apontar que ela deveria ser pensada “em todos seus sentidos”¹¹, o autor trouxe uma interessante proposta reflexiva sobre a dupla dimensão da liberdade política e espiritual. Para o autor, uma estava intimamente ligada a outra em duas direções. Primeiro, no sentido de que era a liberdade política que garantiria a liberdade religiosa e, ao mesmo tempo, ele considerava a liberdade política uma histórica realização da liberdade espiritual. Nesse sentido, afirmava que o inimigo do presente atacava ambas: “o mesmo poder que estabeleceu a restritiva Port Bill nas Colônias, estabeleceu a restritiva

Protestant Church Bill no Canadá”¹². Por isso, concluía: “Como a união entre a liberdade espiritual e a liberdade política parecem quase inseparáveis, é nosso dever defender ambas”¹³.

Em janeiro de 1776, no mesmo mês em que Thomas Paine publicou o panfleto independentista que se tornaria célebre, *Common Sense*, outra vez as lideranças *quakers* foram a público reafirmar, e desta vez até mais incisivamente, o compromisso com a doutrina da não-violência e com a “justa e necessária subordinação ao Rei”. Na carta, outra vez assinada pelo escrivão da reunião do grupo, John Pemberton, os Amigos pediram que os colonos se esforçassem em manter “Os benefícios, as vantagens, e a benevolência que experienciamos pela nossa dependência e conexão com os Reis e o Governo”. Além disso, recuperaram um *Ancient Testimony* na História de Sewell que defendia que “derrubar Reis e Governos é uma peculiar prerrogativa Divina”¹⁴.

Essa publicação foi, já no mês seguinte, respondida por Thomas Paine, em Epístola aos *Quakers*, um pequeno texto que foi incluído como Apêndice do panfleto *Common Sense* a partir de sua terceira edição na Filadélfia. Seu ponto fundamental era explicar a guerra defensiva que precisava ser empregada como uma reação aos abusos britânicos: “Sob a sombra de nossas próprias vinhas, fomos atacados; em nossas casas, e em nossas próprias terras, a violência é cometida contra nós”. Na réplica, Paine ironizava a tese de que derrubar Reis e Governo fosse uma prerrogativa divina, dizendo que, se isso fosse um fato, automaticamente, o grupo deveria assumir-se como defensor de todas as quedas de Rei e Governos já ocorridos na História – inclusive a execução de Charles

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem, p.54.

¹² Idem.

¹³ Idem, p.55.

¹⁴ *Ancient Testimony and Principles of the People called Quakers renewed*, ID: S4-V4-P01-sp22-D0057

pelas mãos de Cronwell, evento da Guerra Civil Inglesa da década de 1640, cuja memória na época tinha forte carga negativa. Mais interessante para nossa comunicação, porém, é notar como o autor se esforçou não em desqualificar os *quakers* como grupo, mas em desautorizar aquelas lideranças em falar em nome de toda a religião. O autor independentista afirmou que a compreensão daquele grupo estava “obscurecida pelo estreito e distorcido espírito de um partido político desesperado” e, como tal, aqueles homens não deviam ser considerados como se compusessem “todo o corpo dos *Quakers*, mas apenas uma faccional e fracional parte dele¹⁵”.

Para se ter uma ideia do compromisso daquela elite com o regime estabelecido, até meados de 1776, a Assembleia, que reunia representantes da antiga oligarquia colonial, fossem *quakers* ou ligados aos proprietários, determinou que o voto de seus delegados fosse contrário à ruptura com a Grã-Bretanha, e foi preciso que os radicais *out-of-door* da Filadélfia tomassem o poder numa Revolução interna para que, enfim, a Pensilvânia se enfileirasse no Congresso Continental em favor dos independentistas – movimento decisivo para que a Independência fosse declarada em julho¹⁶. Diferente da maioria das colônias, onde a oligarquia política já consolidada marcou presença nas deliberações do movimento independentista controlando o ímpeto na organização dos novos estados independentes, na Pensilvânia, havia essa particularidade. Lá, a Declaração de Independência assinada no Congresso Continental em julho de 1776 deve ser compreendida como parte de uma trajetória particular de resistência do movimento da *lower sort*, composta pelos servos, artesãos urbanos e pequenos agricultores, e que terminou na elaboração da radical Constituição da *Commonwealth* de

76 – aquela que é, das cartas fundadoras dos novos estados independentes, a mais zelosa em tentar garantir a igualdade social e a autodeterminação popular.

Considerações Finais

O debate de Thomas Paine com as figuras mais representativa dos *quakers* da Pensilvânia a partir do problema da doutrina da não-violência durante a Guerra da Independência Americana nos ajuda a perceber uma fratura na percepção dos praticantes da doutrina religiosa a partir da tensão colocada pelo conflito com a metrópole que culminou na separação com o Império. Ao nosso ver, a atuação incisiva das lideranças religiosas reivindicando tal princípio doutrinário e associando a ele, uma defesa intransigente da permanência dos vínculos com a Grã-Bretanha realça, de um lado, que havia entre os Amigos, uma série de religiosos dispostos a abrir mão daquele conjunto de crenças em favor da atuação na resistência armada, e de outro, que a elite *quaker* achou oportuno reivindicar aquele preceito para defender uma noção partidária política – enquanto o ignorou, por exemplo, no caso da importação dos escravos, e no próprio caso da Guerra, já que em nenhum momento, reprovou o uso da violência feito pelo próprio exército imperial na América Britânica.

Thomas Paine, um dos mais importantes intelectuais dedicados à causa independentista americana, desde 1775 – ou seja, ainda antes de publicar *Common Sense* – tratou do tema com especial atenção, com o intuito de disputar ideologicamente a compreensão religiosa e política da batalha. Sua estratégia de associar as liberdades religiosas com a política, e de situar a noção de guerra defensiva, deu argumentos para que os *quakers* entusiasmados com a causa revolucionária pudessem contrariar as determinações de suas lideranças. Quando

¹⁵ Thomas Paine, Epistle to Quakers, February, [1776], 1945 (II), p.55-60.

¹⁶ Sobre isso, ver Countryman (1985) Ryerson (1974), Foner (1976) e Rosswurm (1987).

o autor acusou os religiosos de seus interesses políticos partidários, ressaltou e preservou para a memória, homens que, mesmo que fiéis àquela doutrina religiosa, estavam dispostos a “pegar o mosquete e agradecer aos céus” por tê-lo posto em suas mãos.

Referências

CARP, Benjamin. **Rebels Rising: cities and the American Revolution.** New York: Oxford University Press, 2007.

COUNTRYMAN, Edward. **The American Revolution.** New York: Hill & Wang, 1985.

FONER, Eric. **Tom Paine and Revolutionary America.** New York: Oxford University Press, 1976. (reprint, 1981).

MIDDLEKAUFF, Robert. **The Glorious Cause: The American Revolution – 1763-1789,** Oxford History of the United States, Oxford University Press (New York, USA), 1985.

MOTT, Frank Luther. The Newspaper Coverage of Lexington and Concord. In: **The New England Quarterly**, v. 17, n.4, 1944.

NEWCOMB, Benjamin. Effects of the Stamp Act on Colonial Pennsylvania Politics. In: **The William and Mary Quarterly**. v. 23, n. 2, Apr/1966. p. 257-272.

PALMER, Dave R. **George Washington's Military Genius.** Washington: Regnery Publishing, 2012.

RYERSON, Richard Alan. Political Mobilization and the American Revolution: The Resistance Movement in Philadelphia, 1765 to 1776. In: **The**

William and Mary Quarterly, v. 31, n. 4, Oct\1974. p. 565-588.

ROSSWURM, Steven. **Arms, country and class: The Philadelphia Militia and the “Lower Sort” during the American Revolution, 1775-1783.** Rutgers University Press, 1987.

SCHLESINGER, Arthur M (Senior). **The Colonial Merchants and the American Revolution: 1763-1776.** New York: Columbia University, 1918.

Fontes

An Epistle from the Meeting of Sufferings of the Quakers, American Archives (NIU University), Documents of the American Revolutionary Period, 1774-1776, ID: S4-V1-P03-sp40-D0115.

Ancient Testimony and Principles of the People called Quakers renewed, American Archives (NIU University), Documents of the American Revolutionary Period, 1774-1776, ID: S4-V4-P01-sp22-D0057

Gerret Hendricks, Deric up de Graeff, Daniel Pastorius e Abraham up den Graef. Quaker Protest Against Slavery in the New World, Germantown (Pa.), april, 1688, Haverford College Special Collections, manuscript collection, 990, B-R, 2 pages.

Thomas Paine, Thoughts on Defensive War, Pennsylvania Magazine, July [1775], In: The Complete Writings of Thomas Paine (Collected and Edited by Philip Foner), II Vol, 1945. p.52.

Thomas Paine, Epistle to Quakers, February, [1776], In: The Complete Writings of Thomas Paine (Collected and Edited by Philip Foner), II Vol, 1945. p.55-60.